

AÇÕES E INTERVENÇÕES DO ESTADO NO ESPAÇO AGRÁRIO: estudo de caso da região do baixo Jaguaribe – CE

Antonio Marcos Ferreira de Sousa¹
Gabriel Emanuel Leite de Lima²
Ana Roberta Duarte Piancó³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as intervenções do Estado via políticas públicas no espaço agrário cearense, tendo como a área de estudo a região do Baixo Jaguaribe. São significativas as mudanças que estão ocorrendo no espaço agrário cearense desde o final do século XIX até os dias atuais, estando vinculados às formas de intervenção do Estado. Os processos de mudanças têm sido caracterizados pela modernização econômica e técnica das atividades produtivas. Logo, buscou-se compreender os processos históricos do discurso sobre sua realidade, bem como das alternativas de desenvolvimento do espaço agrário, dadas pelas formas de institucionalização das intervenções que assumiram o papel fundamental de criar as pré-condições para a interiorização do desenvolvimento. Consequentemente não há dúvidas que a região do Baixo Jaguaribe esteja vivenciando um crescimento econômico, bem como um aumento dos conflitos relacionados ao campo.

Palavras-chave: Estado, Espaço Agrário, Intervenção.

Introdução

A intervenção do Estado esteve sempre presente no semiárido nordestino, efetivando obras que supostamente trariam solução para o problema da seca. As elites valendo-se desse discurso pregam ainda a ideia de uma seca divina, ocultando assim os verdadeiros objetivos das intervenções, como ressalta Vargas (1988, p. 37) *apud* Diniz (2002),

Por detrás da discussão e do desconhecimento, desvenda-se a cortina do seu processo de ocupação e formação onde o poder dos donos e os donos do poder conformaram historicamente sua posição marginal, a mistificação de uma seca divina e a pobreza da maioria de sua população.

¹Graduando do Curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri – URCA/CE Bolsista Monitor da disciplina de Agrária (FUNCAP). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária – GEA/URCA. marcosousakj12@gmail.com.

²Graduando do Curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri – URCA/CE Bolsista de Iniciação à Docência – PIBID (CAPES). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária – GEA/URCA. gabrielemanuel1995@hotmail.com.

³Mestre em Geografia pela UFPE, líder do Grupo de Pesquisa CNPq Território, Espaço e Movimentos Sociais – GEA/URCA. robeta.pianco@urca.br.

O Estado do Ceará manteve-se por muito tempo desvalorizado pelo grande capital, por suas condições físicas e naturais desfavoráveis e pela baixa base técnica de suas atividades. Perspectiva essa, que muda na metade do século XX, com a “reestruturação produtiva” que vem inseri-lo em uma nova lógica da produção e do consumo.

Os problemas associados à escassez de recursos hídricos foram aos poucos sendo amenizados pelas intervenções do Estado via políticas públicas. Essas possibilitaram o desenvolvimento de áreas que até então não possuíam uma economia consolidada; de maneira particular a região do Baixo Jaguaribe.

Considerando a importância desse debate na atualidade, este trabalho propôs fazer um recorte da realidade atual, da influência do Estado e das grandes empresas do ramo do agronegócio na região do vale do Jaguaribe no Estado do Ceará, por ser essa a região com maior número de conflitos no campo.

Para isso foi realizado um estudo bibliográfico que possibilitou compreender os processos históricos do discurso sobre sua realidade, bem como das alternativas de desenvolvimento do espaço agrário cearense, dadas pelas formas de institucionalização das intervenções. Estas assumiram o papel fundamental de criar as pré-condições para a interiorização do desenvolvimento, apresentando assim vários impactos sociais e ambientais, como por exemplo, a remoção de comunidades tradicionais, de locais estratégicos para que as empresas do agronegócio se instalassem.

O combate a seca e as primeiras intervenções no semiárido

Os primeiros elementos de interesse econômico no semiárido podem ser identificados nas ações de emergências e de infraestrutura, que foram realizadas em benefício das atividades econômicas aqui implantadas desde o período colonial até os dias atuais (SILVA, 2007).

As obras inicialmente tinham um caráter pontual constituindo-se elas basicamente de escavação de poços/cacimba e pequenos barramentos nas nascentes dos rios, estas obras serviam apenas de paliativos aos efeitos da estiagem. Conforme aponta Cíntia dos Santos Lins e Denise Elias, é a partir do final do século XIX marcado por um período de grande seca que:

[...] o Imperador Dom Pedro II criou uma Comissão da Seca, que baseada em experiências e modelos estrangeiros, propõe a construção de açudes e reservatórios

públicos, que teriam mais resistência e poderia atender, também as pequenas localidades. O grande marco desse período foi a construção do Açude Cedro, em Quixadá, que teve suas obras iniciadas em 1888 e foi concluído em 1906 (LINS; ELIAS, 2005, p. 7896).

Inicialmente houve uma falta de interesse por parte das empresas coloniais portuguesas em ocupar o interior do nordeste, restringindo-se apenas a Zona da Mata, por mais de um século. Silva (2007, p. 472) destaca que, “o processo de ocupação dos sertões, com as fazendas de gado, a ênfase da política colonial passou a ser a fixação dos colonos e de suas atividades produtivas”.

A partir do século XVIII, com a expansão da pecuária e do aumento da população a seca passa a ser considerado um problema para os governantes. Logo, os documentos oficiais referiam-se ao problema como sendo o principal causador dos prejuízos econômicos da época (SILVA, 2007).

Durante o Império e os primeiros anos da República, as secas prolongadas eram elementos de desordem em um complexo econômico que se havia formado no Semi-árido, composto pela pecuária, pelo cultivo do algodão e pela agricultura de subsistência. A mortandade dos animais e as perdas das lavouras nem sempre apropriadas ao clima, à dificuldade de acesso à água, a fome e o êxodo da população nos períodos de secas aumentaram à medida que o espaço foi sendo ocupado (SILVA, 2007, p. 472).

As pressões dos governos locais por socorro nos períodos de estiagem, através das ações emergenciais e das ações hídricas para o armazenamento de água, se intensificaram no final do século XIX e início do século XX (SILVA, 2007).

Nesse contexto estavam dadas as condições para a institucionalização das propostas de combate aos efeitos da seca, com a instalação da “Comissão de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas”, em 1904, e depois com a criação da “Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas”. Alguns anos depois, com a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), órgão governamental criado em 1909, consolidou-se a política hidráulica para o combate à seca (SILVA, 2007, p. 472).

A partir do início do século XX, o Estado passou a implementar obras de combate à seca, bem como a investir em estudos bem mais sistemáticos sobre as condições físicas e naturais da região, na perspectiva de entender o problema da seca e encontrar soluções para essa questão.

Na metade do século XX, os investimentos realizados pelo governo federal no Ceará concentraram-se em grandes obras de estocagem de água, destacando-se neste momento as construções dos Açudes: Orós, Banabuiú, Araras e Pentecoste (LINS; ELIAS 2005).

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS passa então a incrementar o programa de açudagem em cooperação com os proprietários de terras, o órgão passou a cobrir a maior parte dos gastos na construção dos açudes, restando para os proprietários uma pequena parcela das despesas. (LINS; ELIAS 2005).

As políticas que até então eram desenvolvidas no semiárido concentravam-se somente na construção de obras como açudes e poços, estes por sua vez não tiveram os resultados esperados. O fato de o tradicionalismo das intervenções não considerar as particularidades dos lugares juntar-se-ia a falta de informações e de instrumentos para um gerenciamento e um planejamento adequado em escala local. (RODRIGUES 1999⁴ *apud* LINS; ELIAS, 2005).

Fica evidente que estas primeiras iniciativas do estado estiveram ligadas aos interesses dos políticos das oligarquias sertanejas, transformando o combate à seca em um grande negócio.

Enfatiza Ribeiro (1995⁵ p. 348) *apud* Silva (2007, p. 472) que,

Esses donos da vida, das terras e dos rebanhos agem sempre durante as secas, mais comovidos pela perda de seu gado do que pelo peso do flagelo que recai sobre os trabalhadores sertanejos, e sempre predispostos a se apropriarem das ajudas governamentais destinadas aos flagelados.

A partir da institucionalização das propostas de combate a seca no século XX, as elites passaram a se apropriar dos investimentos estatais, reforçando a própria estrutura produtiva e reproduzindo as condições sociais e políticas que sustentaram as relações de poder no semiárido.

Roberto Marinho Alves da Silva ao citar o sociólogo Francisco de Oliveira, explica que ao expandir “[...] a pecuária dos grandes e médios fazendeiros, esta contribuiria para reforçar a existência do ‘fundo de acumulação’ próprio dessa estrutura, representado pelas

⁴RODRIGUES, Hugo Estenio. A gestão da água: o discurso e prática no contexto cearense. In: AMORA, Z. B. (org). **Ceará: enfoques geográficos**. Fortaleza: Funece, 1999. (115-143).

⁵RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

culturas de subsistência dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sitiantes” (OLIVEIRA, 1981⁶, p. 55 *apud* SILVA, 2007, p. 472).

Ficando evidente que as políticas públicas de intervenção constituíam-se em formas “típicas de acumulação primitiva”. As oligarquias sertanejas ao usufruírem das ações emergenciais de combate à seca criavam formas de enriquecimento ao mesmo tempo em que reforçava a estrutura vigente.

Ainda neste mesmo período, as políticas de combate à seca começaram a serem questionadas, principalmente aquelas vinculadas a eficácia dos órgãos e das ações que vinham intervindo no espaço nordestino desde o início do século. Ficou notória a estagnação econômica regional. As intervenções até então tinham um caráter emergencial, fragmentado e descontínuo, estas por sua vez, alimentavam a chamada “indústria da seca” (SILVA, 2007).

“No final da década de 1950, ocorrem tentativas de mudanças nas políticas governamentais orientadas para a integração regional no contexto de desenvolvimento nacional” (GUIMARÃES NETO, 1989⁷ *apud* SILVA, 2007, p. 473). As intervenções partem neste momento para uma modernização, como forma de solucionar mais uma vez o problema da seca. É a partir deste período, que algumas áreas do semiárido experimentaram os processos de modernização econômica (SILVA, 2007).

Neste momento há uma mudança significativa nas políticas governamentais, orientadas agora para uma “modernização econômica e técnica” das atividades produtivas. Com isso, o processo de modernização econômica passou a constituir um novo modelo produtivo, onde os financiamentos de infraestrutura, bem como os incentivos fiscais tinham e tem como objetivo a atração de empresas privadas.

Segundo Silva (2007, p. 473)

O desenvolvimento recente de algumas ilhas de modernidade no Semi-árido é fundamentado na crença de que o modelo de *agribusiness* gera maior agregação de valor à produção local, permitindo incrementos expressivos no nível de emprego e de renda, contribuindo para o desenvolvimento regional. A fruticultura irrigada passou a ser concebida como o “caminho” da redenção regional, como a forma mais eficiente de aproveitamento máximo de vantagens comparativas locais como a luminosidade, o calor e a baixa umidade. As políticas de modernização econômica atendem aos interesses de parte das oligarquias sertanejas (sobretudo com os investimentos na modernização da pecuária) e, principalmente, dos grupos

⁶OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁷GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1989.

empresariais que passam a investir nos pólos agropecuários na região, sob a orientação técnica e burocrática do Estado autoritário.

Para Bernardes (1984) *apud* Araújo (2006), as intervenções do Estado no que se refere à base econômica do país muda, na medida em que se começa a articular a base agrária com a industrial, estando estas duas de mútuo acordo com o mercado externo, possibilitando a economia brasileira sua inserção no cenário mundial com um padrão contemporâneo.

Estado e espaço agrário cearense

O Estado do Ceará por muito tempo foi desvalorizado pelo capital. Denise Elias destaca algumas características que justificam essa visão como; “as vicissitudes climáticas, pedológicas e as inerentes aos recursos hídricos, uma vez que a maior parte de seu território (93%) encontra-se encravada em plena região semiárido nordestino” (ELIAS, 2005, p. 226).

Os problemas supracitados associam-se muito, claramente às relações sociais de produção e de organização do espaço, em especial às condições sociais e técnicas da estrutura agrária, que se caracterizam, principalmente, por uma estrutura fundiária concentrada e uma base técnica ainda na sua maioria rudimentar, determinantes para as relações de trabalho e os regimes de exploração do solo predominantes, além, naturalmente, de uma estrutura de poder extremamente oligárquica e reacionária (ELIAS, 2005, p. 226).

No final da década 1980 e início dos anos de 1990, o Ceará passa por um momento de intensa ebulição política, econômica e ideológica (ARAÚJO, 2006). Que é marcada segundo Denise Elias por uma,

[...] forte recessão econômica advinda do choque do petróleo e dos juros da dívida externa, a economia dos anos 1980 caracterizou-se pelas políticas de redução dos gastos públicos e pelo início das reformas do Estado, que se incrementaram sobremaneira na década de 1990, com a abertura comercial e as privatizações. Estes princípios estão presentes no ideário do grupo político à frente do Executivo no Ceará desde final da década de 1980, autodenominado de ‘governo das mudanças’, que se concentra muito fortemente no planejamento macroeconômico e na atração de investimentos em infra-estrutura e criação de um cenário favorável a novos negócios (ELIAS 2003, p. 61).

Este grupo político pautava-se na ideologia do novo e do moderno, construindo um conjunto de imagens que distinguiria o Ceará dos demais estados da região Nordeste estando este sob o prisma da “reestruturação produtiva” (ARAÚJO 2006). Logo, o discurso expresso

por essas novas lideranças tenta substituir a ideologia dos coronéis, afirmando possuir uma nova forma de fazer política, sendo esta diferente das praticadas pelos seus antecessores (SILVA, 2000⁸ *apud* ARAÚJO, 2006).

Sergiano de Lima Araújo ressalta que esses empresários que assumem o executivo do Estado Ceará, sobre a perspectiva do moderno passam a adotar duas posições com relação ao desenvolvimento econômico:

[...] em nível nacional, passam a defender o liberalismo econômico, a livre concorrência dos mercados, o enxugamento da máquina estatal, a venda de empresas públicas e a extinção de outras, como forma de estimular a eficiência, a competência e a moralização da máquina pública. Em se tratando de política doméstica, abandonam essa conceituação para propor a intervenção planejada do Estado com a construção de grandes obras para a atração de investimentos (ARAÚJO, 2006, p. 37).

Os investimentos tanto do Estado quanto do capital passam a ser direcionados para alguns vetores de modernidade como; o turismo, a indústria e o agronegócio, passando estes a serem inseridos em algumas áreas seletivas do território cearense dentro da lógica da produção globalizada (ARAÚJO, 2006).

O ultimo vetor de modernidade supracitado (agronegócio), foi tomado de modo particular como principal atividade para desenvolver o espaço agrário cearense. O Estado investe de maneira contundente na construção de estradas, pontes, açudes e canais para inserir algumas áreas do território cearense na lógica do agronegócio (ARAÚJO, 2006).

Os vales úmidos (vales do Jaguaribe e do Acaraú) passam a ser a vitrina do desenvolvimento da fruticultura irrigada, como também as áreas serranas (Baturité e Meruoca) para o cultivo de flores para exportação. Mais recentemente, no final dos anos noventa, a carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) nas áreas de mangues e na extensão da planície aluvial do baixo curso do rio Jaguaribe e rio Araraú, passa a ser a mais nova estratégia de uma artificialização do espaço agrário cearense, onde ciência, tecnologia e informação compõe a estrutura central da lógica produtiva (ARAÚJO, 2006, p. 44).

Logo, a intervenção do Estado via políticas públicas, bem como pelo investimento do capital privado concentra-se na região do Baixo Jaguaribe. Assim a região destaca-se do restante do território cearense, por um intenso processo de inovação técnica de maneira

⁸SILVA, José Borzacchiello da Silva. **Pelo retorno da região:** desenvolvimento e movimentos sociais no nordeste contemporâneo. CASTRO; MIRANDA; EGLER. Redescobrimdo o Brasil: 500 anos depois. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

especial associada à atividade agropecuária, provocando dessa forma mudanças significativas na fisionomia do espaço agrário regional. (ELIAS, 2002⁹ *apud* ARAÚJO, 2006).

Esta região encontra-se dentro da lógica da produção globalizada, tornando-se uma das mais promissoras áreas para a investida do capital. Deste modo, o Ceará é inserido no processo de globalização da produção e do consumo. Logo, o Estado investe fortemente neste setor, sendo esta idealizada através das políticas públicas que criam as condições necessárias para que o capital possa encontrar base de sustentação e reprodução nessa região.

Neste momento a fruticultura irrigada ganha destaque nesta porção do território cearense, sendo a atividade símbolo da modernização agrícola. As grandes empresas que aqui se instalam partem de estratégias que visão “articular o mercado local com o global através da produção de frutas, definindo desta forma, novos padrões de produtividade e competitividade dos lugares produtores” (ARAÚJO, 2006, p. 45).

As políticas públicas implantadas principalmente a partir da década de 1990 até os dias atuais vêm dinamizando o setor agroexportador, dando condições necessárias para que as empresas (medias e grandes) ligadas ao agronegócio se territorializem de maneira efetiva na região. Encontrando no Estado ações (institucionais e de infraestrutura) que possibilitam as empresas realizarem-se lucrativamente (ARAÚJO, 2006).

A instalação da multinacional Del Monte Fresh Produce, no município de Quixeré, é um bom exemplo do interesse de grandes empresas nacionais e internacionais no baixo Jaguaribe. Esta empresa é, na verdade, parte de um grande conglomerado multinacional do ramo alimentício cuja sede está localizada nos Estados Unidos. Esta multinacional é considerada uma das principais companhias de alimentos dos Estados Unidos e do mundo (ARAÚJO, 2006, p. 45).

A carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) é outro ramo do setor do agronegócio que se encontra em estágio de desenvolvimento avançado na região do Baixo Jaguaribe, onde junto com a fruticultura irrigada constituem um importante arranjo territorial produtivo do agronegócio cearense, na medida em que ambas incrementam a balança comercial do Estado; contudo, estas têm produzido incalculáveis impactos negativos em termos sociais, territoriais e ambientais (ARAÚJO, 2006).

⁹ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido. In: ELIAS, Denise e SAMPAIO, Jose Levy Furtado. **Modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 9-36 (coleção Paradigmas da Agricultura Cearense).

Região do Baixo Jaguaribe: espaço de complexidades

As problemáticas que envolvem a intervenção do Estado através das políticas de irrigação na região do Baixo Jaguaribe estiveram e estão apoiadas em um discurso de melhoria e de desenvolvimento da região, porém, o que se percebe na realidade das intervenções é o avanço do capital no campo, que encontra no Estado a base para a seu pleno desenvolvimento.

Denise Elias ressalta que esse desenvolvimento se caracteriza pela;

[...] prioridade dada aos setores econômicos e espaços considerados com maiores possibilidades de rapidamente se inserirem de forma competitiva na economia globalizada. Busca beneficiar-se da política nacional dos 'eixos nacionais de integração e desenvolvimento', cujo objetivo é atrelar as áreas consideradas dinâmicas do País à dinâmica do mercado mundializado, que promove a implantação de programas e projetos tidos como estruturantes para o crescimento econômico, introduzindo novas formas de organização e gestão governamental. Evidencia-se, assim, a inserção passiva do Estado na economia e consumo globalizados, submetendo-se aos ditames de grupos econômicos hegemônicos (ELIAS 2003, p. 61).

Sendo assim, o Baixo Jaguaribe destaca-se por algumas problemáticas que estão intimamente ligadas as intervenções do Estado via políticas públicas: a primeira refere-se à questão da terra, que cada vez mais se concentra nas mãos das empresas do setor do agronegócio; a segunda faz referência à questão da água que é direcionada para a fruticultura irrigada e a carnicultura, bem como para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém localizado a 45 km de Fortaleza – CE, e por ultimo o uso intensivo de agrotóxicos na fruticultura. Sendo este responsável por incalculáveis impactos negativos em termos sociais, territoriais e ambientais na região.

As inúmeras intervenções tendem a fomentar uma efetiva territorialização do capital no campo, gerando assim diversos conflitos, pois as comunidades atingidas passam a reagir às intervenções. Assim, fica evidente que o conjunto dessas problemáticas anteriormente citadas, que envolvem o desenvolvimento contraditório e combinado do capitalismo no campo, geram suas conflitualidades e resistências.

Segundo Elias (2005), na Região Nordeste foram construídos em torno de 27 perímetros irrigados, dentre esses nove estão no Estado do Ceará, abrangendo as bacias hidrográficas do Jaguaribe, Salgado, Acaraú e Curu. Estando estes sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

A região do Baixo Jaguaribe destaca-se por alguns perímetros irrigados (Mapa 1) como: o perímetro irrigado de Morada Nova que está localizado nos municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte; o perímetro irrigado Tabuleiros de Russas que está localizado nos municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova, na chamada zona de Transição Norte dos Tabuleiros de Russas e o perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi que está localizado na Chapada do Apodi, mais precisamente no município de Limoeiro do Norte (ADECE, 2011). Destes perímetros o de Morada Nova foi construído na década de 1970, constituindo-se como a primeira fase do projeto.

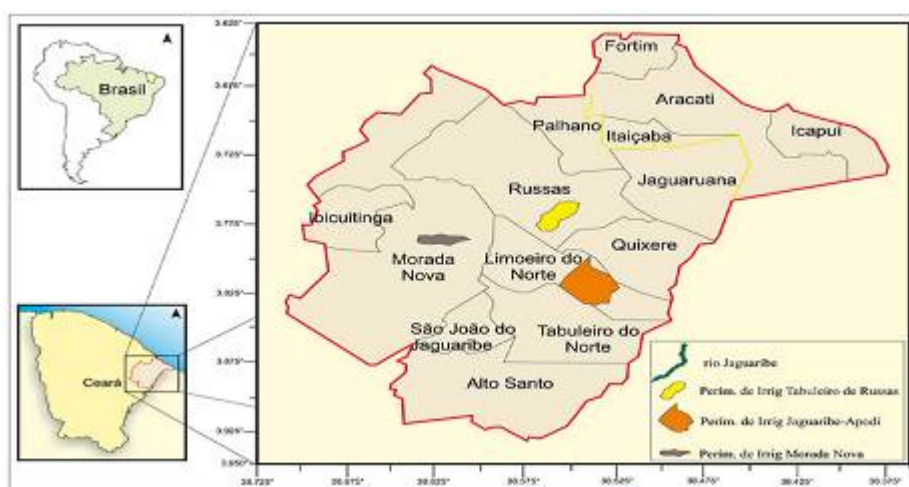


Figura 15. Área de estudo: microrregiões do Baixo Jaguaribe e Litoral de Aracati.

Mapa 01 - Perímetros Irrigados no Baixo Jaguaribe – Ceará

Fonte: <http://www.scielo.br/img/revistas/qn/v36n3/a17figs1.jpg>

Essas primeiras políticas hídricas consistem em duas fases: a primeira ligada à instalação dos perímetros irrigados inserindo os camponeses e suas famílias no projeto, embora na prática aconteça de forma excludente, pois, nega o modo de vida camponesa transformando-os em pequenos empresários. No início da década de 1990, a segunda fase do projeto apresenta-se com um caráter neoliberal, significando assim uma maior intervenção do mercado, que passa a ter um maior controle nos processos sociais, políticos e econômicos.

A partir desta segunda parte do projeto há uma mudança na estrutura do espaço que antes era ditado pelas relações tradicionais no campo, tais relações que foram construídas através de símbolos que reafirmam e efetivam o sentimento de pertencimento ao lugar, onde há todo um processo de apropriação muito mais complexo, que acaba refletindo no modo de

vida das comunidades, que de uma hora pra outra veem tudo se transformar em prol do desenvolvimento do capital, criando-se assim espaços delimitados e controlados pelo Estado.

Estas novas condições dadas pela a intervenção do Estado e do capital privado no campo, não dão condições para o desenvolvimento das atividades de produção camponesa, bem como não oferecem possibilidades destes de permanecerem no campo. Neste cenário é que se conformam os conflitos ambientais como aponta Acselrad, (2004¹⁰, p. 26) *apud* Rigotto, (2011, p. 125),

[...] envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Um exemplo de resistência encontra-se na comunidade rural Lagoa dos Cavalos no município de Russas – CE, que a partir das intervenções do Estado começaram a se organizar enquanto comunidade, através das Associações de Agricultores, dos Movimentos Sociais do Campo – como o MST e das Pastorais sociais. A partir de uma roda de conversa que tivemos com a comunidade supracitada, alguns dos representantes falaram que com o movimento de resistência da própria comunidade, foi possível uma mudança no então projeto, propiciando a realocação dos lotes que seriam destinados para os empresários da fruticultura irrigada, estes a princípio ficariam próximos à comunidade, aumentando os riscos de contaminações por uso intensivo de agrotóxicos. Os lotes então foram destinados para as famílias da própria comunidade, colocando assim os empresários um pouco mais distantes, diminuindo os riscos de contaminações.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, também mantém-se de forma contundente na resistência contra o capital no campo, de maneira particular na região do Baixo Jaguaribe. Um exemplo de conquista foi observado em visita ao assentamento Bernardo Marinho no município de Russas – CE. Neste, estão assentadas aproximadamente 36 famílias em uma propriedade de 2.900 hectares, que foi desapropriada para fins de reforma agrária a qual pertencia ao Deputado Jeová Costa Lima.

¹⁰ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **Conflitos ambientais no Brasil**. Acselrad, H. (org). Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará. Fundação Heinrich Boll. 2004, p. 13 – 35.

Portanto, ao analisar as propostas do governo do Estado do Ceará com relação à questão da reforma agrária, este propõe dar título individual da terra aos assentados, sugestão que é rejeitada com veemência nas comunidades. Tendo em vista que tal proposta do governo, não leva em consideração que no Estado do Ceará cerca de 90% do seu território esta encravada no semiárido nordestino, e que existem terras boas (produtivas) como também terras ruins (não produtivas). Logo, torna-se evidente que a proposta acentua as desigualdades na partilha das terras, onde algumas famílias vão adquirir áreas muito boas, enquanto outras vão adquirir áreas ruins.

Cabe aqui ressaltar a importância dos movimentos sociais do campo, que juntam forças para lutarem contra a lógica perversa do capital que está se desenvolvendo no espaço agrário cearense. Aos poucos os movimentos tomam proporções maiores, caminhando em busca de mudanças e melhorias para as comunidades atingidas pelas inúmeras intervenções do Estado via políticas públicas.

Assim, quando tomamos em análise a questão agrária devemos direcionar nossos olhares para a perspectiva do camponês, pois ao colocarmos no centro da discussão o capitalismo agrário estamos nos voltando para os interesses do capital. Logo, são dois pensamentos que não se unem (questão agrária e capitalismo agrário); uma coisa é olhar para o campo através da perspectiva do camponês, partindo daqueles que sofrem com as intervenções do Estado sendo excluídos dos seus direitos, outra é ver o Estado através das políticas públicas fornecerem todo um aparato que é direcionado para o desenvolvimento do capital no campo.

Assim, fica evidente que para o Estado não há necessidade de uma reforma agrária, estando este pensamento ditado e controlado pelo grande capital. Que desarticula as comunidades tradicionais, por meio das intervenções que são efetivadas pelo Estado via políticas públicas, bem como também órgãos importantes direcionados ao campo.

O Baixo Jaguaribe representa bem as mudanças que desde o início do século XX vem sendo implementadas, por meio de políticas públicas que dão condições para que o capital encontre base de fixação no campo. Colocando cada vez mais as instituições públicas a serviço do avanço do capital.

Os direitos adquiridos durante anos de luta pelos trabalhadores são colocados de lado, sucumbidos pela lógica do capitalismo perverso, desarticulando os movimentos sociais, desqualificando a pauta coletiva, intensificando a violência, criminalizando quem está

lutando. Mas em meio a esse cenário que por muitas vezes aparece de maneira desfavorável, os movimentos sociais do campo de maneira especial os que estão no Baixo Jaguaribe, encontram-se de pé, lutando para que seus direitos sejam respeitados e que de fato os interesses coletivos sobressaiam os individuais.

Considerações finais

São significativas as mudanças que estão ocorrendo no espaço agrário cearense desde o final do século XIX até os dias atuais, estando vinculados às formas de intervenção do Estado. Os processos de mudanças têm sido caracterizados pela modernização econômica e técnica das atividades produtivas.

Destacamos três aspectos que estão ligados a esta intervenção do Estado e sendo justificado por este: o primeiro remete ao discurso de combate à seca que sempre se fez presente para justificar as intervenções no semiárido. A segunda, ligada à modernização econômica e tecnológica das atividades produtivas. A terceira, vista como a reorganização do espaço agora ditado sobre a lógica do capital financeiro.

As mudanças que vem ocorrendo no espaço agrário cearense esta marcada pelo desenvolvimento do setor do agronegócio, refletindo-se na diferenciação combinada e desigual do espaço, enfatizadas pelas iniciativas de reestruturação produtiva, tendo como vetor importante à fruticultura irrigada. Consequentemente não há dúvidas que a região do Baixo Jaguaribe esteja vivenciando um crescimento econômico, bem como um aumento dos conflitos relacionados ao campo.

É evidente que a uma desarticulação crescente da agricultura de base camponesa, estando esta vinculada as transformações das relações de trabalho, intensificado assim, pela expropriação dos pequenos produtores, expulsando-os para as periferias das cidades próximas.

Outros problemas tendem a surgir, como uso intensivo de agrotóxicos para o controle de pragas, que acarretam impactos e prejuízos incalculáveis para as comunidades que estão próximas as empresas. Um exemplo é a multinacional americana Del Monte Fresh Produce, instalada no município de Quixeré – CE, que faz uso de pesticidas em suas atividades de produção, assim como outras empresas instaladas na região. Estas não estão nem um pouco

preocupadas com as questões ambientais e sociais, já que, o uso de tais produtos trazem consequências ruins para as comunidades que vivem próximas aos estabelecimentos.

É notória a fragmentação do território ligado à modernização do campo, pois os pontos escolhidos para receber os investimentos transformam-se em pontos de modernização da economia e do território, ficando assim, todo restante à margem desse processo. Mas em meio a tantas transformações que são profundas, as comunidades e os movimentos sociais rurais tem-se mostrado firmes na luta contra o avanço do capital no campo.

Referências Bibliográficas

Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S. A. – ADECE. **Perímetros públicos irrigados do Ceará**. 2011. Disponível em
 <<http://www.adece.ce.gov.br/index.php/downloads/category/10agronegocios?download=43%3Aperimetrospublicosdoceara>> Acesso em 13/09/2017.

ARAÚJO, Sergiano de Lima. **Reestruturação produtiva as novas territorialidades no espaço agrário cearense: a carcicultura em questão**. 2006. Dissertação (Mestrando Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, CE, 2006.

_____. **Reconfiguração socioambiental na região do Baixo Jaguaribe – Ceará**. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 10, n. 32 dez/2009 p. 183 – 198.

DINIZ, Aldiva Sales. A Construção dos Perímetros Irrigados e a Criação de Novas Territorialidades no Sertão. In.: ELIAS, Denise.; SAMPAIO, José Levi Furtado. (Orgs.) **Modernização excludente**. Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. Borzacchiello, José. CAVALCANTE, Tércia. DANTAS, Eustógio (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p. 429-446.

_____. **Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 02, número 03, 2003.

LINS, Cíntia dos Santos; ELIAS, Denise. **Impactos territoriais e socioeconômicos da implantação do Eixo de Integração Castanhão – Região Metropolitana de Fortaleza**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2005.

RIGOTTO, Raquel Maria. **Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico**. Revista Pegada – vol. 12 n.1 junho/2011.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007.